

**DIRETIVA
SOBRE O RESTABELECIMENTO
DOS PRIVILÉGIOS DO
CERTIFICADO MÉDICO DO
PESSOAL AERONÁUTICO APÓS
INFEÇÃO POR COVID-19**

<p>DIRETIVA N° XX/XX/2022</p>	<p>Aprovação</p> <hr/> <p>PCA</p>	<p>/XX XX /2022 Página 1 de XX</p>
-----------------------------------	-----------------------------------	--

LISTA DE PÁGINAS EFECTIVAS

Páginas	Revisão	Data da Revisão	Páginas	Revisão	Data da Revisão
1 a xx	original				

REGISTO DE REVISÕES

Revisão Nº	Norma Afetada	Data da Revisão	Revisão Nº	Norma Afetada	Data da Revisão

DIRETIVA Nº XX/XX/2022

Passados mais de dois anos desde o início da pandemia de COVID-19, os Estados ainda enfrentam ondas de infecções por sars-cov-2, que em alguns casos resultaram em cancelamentos de voos, reagendamento de voos ou atrasos de voos devido a pilotos, tripulação de cabine ou controladores de tráfego aéreo estarem doentes com COVID-19.

A COVID-19 tem causado doenças generalizadas e a sua gravidade depende de vários fatores, nomeadamente, as condições médicas pré-existentes, as variantes da infecção, o estado de vacinação, os efeitos colaterais que advêm do tratamento administrado e as sequelas que a própria infecção tem causado, contribuindo assim para a diminuição da capacidade física e cognitiva, e conseqüentemente a diminuição da aptidão médica do pessoal aeronáutico.

O CV-CAR 2.4, subsecção 2.4.A.125 prevê um conjunto de obrigações a que está adstrito o pessoal aeronáutico sujeito a certificação médica, especificamente, a proibição de exercer os privilégios da licença e das qualificações ou certificados conexos quando tenha conhecimento de qualquer diminuição da sua aptidão médica. Daí surge a necessidade de regular os critérios para garantir a aptidão médica daqueles que foram afetados pela COVID-19, visando garantir a segurança da aviação, pois a COVID-19 pode apresentar manifestações que tenha efeito contrário à segurança do voo, designadamente, dores de cabeça, tontura, convulsões, delírios, confusões e outros.

Mais, a infecção e a medicação utilizada para tratar os sintomas da infecção, podem deixar sequelas e ter efeitos colaterais, respetivamente, que afetam a capacidade do pessoal aeronáutico detentores do certificado médico no exercício dos privilégios das suas licenças e dos certificados, e ainda, há estudos que demonstram que a infecção pode resultar em efeitos prolongados e de longo prazo, após a recuperação da infecção aguda, conhecida como *condição pós-COVID-19*.

E tendo em conta que não existe norma internacional relativa à retoma aos serviços após a infecção por COVID-19, a OACI desenvolveu um documento publicado no *Electronic Bulletin* 2022/8, de 7 de fevereiro, no sentido de auxiliar os Estados-Membros a considerarem a possibilidade de reavaliação do pessoal detentor de um certificado médico que tenha sido afetado pela COVID-19, em conformidade com a legislação nacional e com base na avaliação de risco para determinar a sua aptidão para o retorno ao serviço.

Sendo assim, a presente Diretiva vem estabelecer os critérios para o restabelecimento dos privilégios do certificado médico do pessoal aeronáutico após a infecção por COVID-19.

Por último, a presente Diretiva foi submetida à consulta pública garantindo o direito à informação e o direito à participação da comunidade aeronáutica e do público em geral.

Nestes termos,

Ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 15º do Estatuto da Agência Aviação Civil aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/2019, de 28 de outubro, conjugados com o número 2 do artigo 173º do Código Aeronáutico aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 1/2001, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 4/2009, de 7 de setembro manda a Agência de Aviação Civil publicar o seguinte:

1. OBJECTO

A presente Diretiva estabelece os critérios para o restabelecimento dos privilégios do certificado médico do pessoal aeronáutico após a infeção por COVID-19.

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Esta Diretiva é aplicável ao pessoal aeronáutico detentor de um certificado médico aeronáutico e aos médicos examinadores de aviação (AME).

3. REFERÊNCIA

Esta Diretiva baseou-se nos seguintes documentos:

- a) OACI – *Electronic Bulletin* 2022/8, de 7 de fevereiro;
- b) CV-CAR 2.4 – Disposições médicas para o licenciamento de pessoal aeronáutico.

4. DEFINIÇÃO

Para efeitos do disposto na presente Diretiva, entende-se por:

- a) «Autoavaliação», a análise que o próprio detentor do certificado médico deve fazer do seu estado de saúde com o objetivo de avaliar, se após a recuperação de um quadro de infeção leve, encontra-se apto para regressar às suas funções sem colocar em risco a segurança operacional, devendo a análise ser feita com base em informações científicas devidamente publicadas pelas autoridades competentes;
- b) «Infeção aguda», a presença de sinais e sintomas respiratórios e outros de início súbito após exposição ou contato com uma pessoa que tenha sido diagnosticada com COVID-19;
- c) «Pessoal aeronáutico detentor de um certificado médico», a tripulação de voo, tripulação de cabine e os controladores de tráfego aéreo;

- d) «Sintomas», manifestações da COVID-19 sentidas pelo paciente, que geralmente são relatadas pelo próprio, espontaneamente ou quando lhe for interrogado.

5. EXERCÍCIO DE FUNÇÕES E A INFECÇÃO POR COVID-19

5.1. O pessoal aeronáutico detentor de um certificado médico não deve exercer funções, se for confirmado a infecção por COVID-19.

5.2. O pessoal aeronáutico detentor de um certificado médico deve abster-se de exercer funções, nem o operador lhe pode exigir, até que o diagnóstico seja excluído, quando apresenta os seguintes sintomas:

- a) Febre ou calafrios;
- b) Tosse;
- c) Falta de ar ou dificuldade respiratória;
- d) Fadiga;
- e) Dores musculoesquelético;
- f) Dor de cabeça;
- g) Perda do paladar ou olfato;
- h) Dor de garganta;
- i) Congestão ou coriza;
- j) Náusea ou vômito;
- k) Diarreia.

5.3. O exercício de funções do pessoal aeronáutico detentor de um certificado médico, é vedado, ainda, quando apresenta algum dos seguintes sintomas e síndromes neurológicos da infecção aguda:

- a) Tontura;
- b) Delírio ou confusão;
- c) Agitação;
- d) Acidente vascular cerebral;
- e) Convulsões;
- f) Coma;
- g) Meningoencefalite;

h) Síndrome de *Guillain-Barré*.

6. RETORNO AO SERVIÇO E A AVALIAÇÃO MÉDICA

6.1. Retorno ao serviço após a vacinação

- 6.1.1. O pessoal aeronáutico detentor do certificado médico não deve exercer funções por um período de 24 (vinte e quatro) horas após a vacinação.
- 6.1.2. Decorrido o prazo referido no parágrafo anterior, o pessoal aeronáutico detentor de um certificado médico pode retornar ao serviço se sentir apto a fazê-lo.
- 6.1.3. Caso apresenta algum dos sintomas referidos nos parágrafos 5.2 e 5.3 após a vacinação, não deve exercer funções e deve entrar em contato com um profissional médico.

6.2. Retorno ao serviço após o diagnóstico da COVID-19

- 6.2.1. Tendo sido confirmado o diagnóstico da COVID-19, o pessoal aeronáutico detentor do certificado médico pode retornar às funções após alta médica e de ter cumprido o período de isolamento exigido pelas autoridades de saúde pública.
- 6.2.2. É sempre obrigatória uma reavaliação por um AME, antes do reinício das funções do pessoal aeronáutico detentor de um certificado médico, quando este apresentar:
 - a) Recuperação incompleta, com sintomas residuais ou que requerem tratamento;
 - b) Uma evolução complicada da doença que requereu hospitalização ou o tratamento exigiu a administração de oxigênio;
 - c) Sequelas; ou
 - d) Condições médicas complicadas ou crônicas pré-existentes.

7. AVALIAÇÃO MÉDICA

7.1.A avaliação referida no parágrafo 6.2.2, deve ser direcionada de forma a identificar complicações e sequelas, especificamente dos sistemas respiratório,

cardiológico, neurológico, osteo-mioarticular, foro psicológico e Trombo Embolismo Venoso (TEV).

7.2. Na avaliação médica, para verificar a aptidão para a retoma das funções, o AME deve considerar o quadro clínico, a evolução da infecção, o tratamento administrado, as manifestações psicológicas, o desenvolvimento de complicações ou sequelas e as condições médicas pré-existentes.

7.3. Se houver sintomas contínuos ou sequelas que possam prejudicar o desempenho cognitivo e físico nas operações e apresentar um risco elevado de incapacidade, o pessoal aeronáutico detentor de um certificado médico, deve ser encaminhado a um especialista ou a um médico avaliador da Autoridade Aeronáutica, com as informações pertinentes, antes da emissão de um atestado médico de apto para o reinício das funções.

8. MEDIDAS PREVENTIVAS

8.1. No interesse da segurança de voo, os AME devem esclarecer o pessoal aeronáutico detentor do certificado médico, sobre os efeitos da COVID-19 na saúde, essencialmente, elucidá-los sobre os efeitos mentais que a situação anormal da pandemia pode provocar.

8.2. Enquanto perdurar a pandemia da COVID-19, os AME devem encorajar o pessoal aeronáutico detentor do certificado médico a procurar um colega que considera confiável ou um profissional médico, ainda que não seja um AME, quando sinta ou constata que as pressões do trabalho ou da vida podem afetar seu desempenho, nomeadamente, se estiver a sentir, estressado, fadigado, ansioso ou depressivo.

8.3. Para garantir a segurança do voo e evitar que o pessoal aeronáutico detentor de um certificado médico seja impedido de exercer funções, estes devem fazer uma autoavaliação para que, caso seja necessário, possa ser submetido com a imediatividade possível à uma avaliação médica, por forma a se evitar qualquer potencial efeito na saúde a longo prazo.

9. ENTRADA EM VIGOR

A presente Diretiva entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Conselho de Administração da Agência de Aviação Civil, na Praia, aos xx de xx de 2022.
– O Presidente, Abraão dos Santos Lima.